

QUATRO PILARES DA TRADIÇÃO GRAMATICAL

ÂNDERSON MARINS*

Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL), Niterói, RJ, Brasil.

Recebido em: 7 jan. 2021. Aprovado em: 23 fev. 2022.

Como citar este artigo: MARINS, A. Quatro pilares da tradição gramatical. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 22, n. 1, p. 100-115, jan./abr. 2022. doi: 10.5935/cadernosletras.v22n1p100-115

Resumo

Abordam-se, neste estudo, duas questões: a primeira discorre sobre quatro obras consideradas os pilares da tradição gramatical, e, a segunda, sobre as concepções de gramática tradicional, normativa e descritiva, com base nas ideias apresentadas na primeira parte deste artigo. Nesse sentido, pode-se apreender que a influência de Dionísio Trácio estabeleceu a organização dos conteúdos no texto gramatical e determinou fortemente sua finalidade. Algumas concepções de gramática que aqui serão tratadas são reflexos evidentes da ideia inicial travada por Dionísio e representam a gramática *tradicional* e que ainda hoje

* E-mail: profandermarins@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-3152-0562>

habitam em muitas páginas de gramáticas contemporâneas ao lado das vertentes *normativas* (prescritivistas) e *descritivas* (descritivistas).

Palavras-chave

Gramáticas greco-latinas. Gramáticas tradicionais. Pensamentos linguísticos.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há na literatura linguística o consenso de que o século II a.C. lançou as bases dos estudos gramaticais em virtude de um grande interesse que surgia entre os gregos pelo estudo de sua própria língua (cf. NEVES, 2002; PERINI, 2006; MATTOS E SILVA, 2016). Assim nasce a *grammatike*, vista como um instrumento gramatical, tal como o concebemos hoje, já pelos idos de 200 a.C. (PERINI, 2006). A motivação inicial vinculava-se ao interesse em preservar e entender a língua grega. Em paralelo, havia o empenho em comentar os poemas de Homero – a *Ilíada* e a *Odisseia* –, elevados, na cultura da época, a um grau de valor muito maior do que o de simples obras literárias.

O valor justificava-se pelo fato de os poemas homéricos serem uma das bases do sistema educacional grego, sobretudo para os que viviam em pequenas comunidades fora da Grécia, pois ali estavam sujeitos a influências estrangeiras às quais se procurava resistir (cf. PERINI, 2006, p. 150). Iniciados os estudos da língua de Homero, partiram para as reflexões sobre a língua grega, acerca da natureza da linguagem em geral, e, quando se deram conta, tinham criado uma disciplina vinda a serviço da interpretação e da crítica.

Pelas condições em que se deu seu surgimento, a gramática era um estudo que se atinha à língua escrita, sobretudo à do passado, mais especificamente à língua literária e grega. O termo *grammatike*, aliás, como a *arte de ler e escrever*, utilizado para nomear o estudo da língua, tem sido até hoje invocado para evidenciar a atenção dada à forma escrita da língua.

Com efeito:

A disciplina gramatical aparece na época helenística, que se diferencia da época helênica tanto na organização política e social, como no modo de vida e cultura. Nessa época o que se procura é, acima de tudo, transmitir o patrimônio

literário grego, privilegiando-se, como atividade cultural, o exame das grandes obras do passado (NEVES, 2002, p. 49).

E até mesmo porque

O objetivo de tal atividade é oferecer os padrões da linguagem dessas obras consideradas excelentes, padrões que contrastam com os da linguagem corrente, contaminada de barbarismos. Tal esforço de divulgação do helenismo impulsiona o desenvolvimento dos conhecimentos linguísticos, já que implica o levantamento de fatos que, nos textos não corrompidos, caracterizam a língua modelar que deve ser preservada. É, pois, para servir à interpretação e à crítica que se compõe o que se vai qualificar como *gramática* (NEVES, 2002, p. 49-50, grifo da autora).

A história do surgimento da disciplina gramatical registra alguns textos fundamentais e se pode até assegurar que há mais ou menos quatro textos dessa natureza, que, como tantos pilares, constituíram uma base sólida para tudo o que veio em seguida. Trata-se da *Tékhne*, de Dionísio, o Trácio (II a.C.), do tratado *Sobre a sintaxe*, de Apolônio Díscolo (II d.C.), da *Ars grammatica*, de Donato (IV d.C.), e das *Institutiones grammaticae*, de Prisciano (VI d.C.) (cf. COLOMBAT *et al.*, 2017, p. 110).

Mudanças tomam tempo, e modificar modos de pensar é um processo vagaroso, sobretudo quando o assunto é o tratamento das línguas. Qualquer que seja a disciplina científica, é indispensável entender as descrições, as explicações e os argumentos produzidos por ela. Com os conceitos de gramática não pode ser diferente. Cada vertente, seja ela a tradicional, a normativa ou a descritiva, vê um modo de pensar o tratamento da língua, visto que construir gramáticas é uma tarefa intelectual intensa, difícil e muito importante para apreender uma teoria acerca de um fenômeno no mundo, as línguas naturais.

Somente para ilustrar, vejamos que uma das formas de construir uma gramática normativa aparece nos gramáticos de Port-Royal, por volta do século XVII, os quais vinculavam o bom uso da linguagem à arte de pensar. Em contrapartida, no mesmo século, no período da fundação da Academia Francesa, figuram gramáticos como Vaugelas, com *Remarques sur la langue française* (datado de 1647), que registravam diferentes usos da linguagem. No entanto, o “uso” registrado, naquele contexto, distinguiu o mau uso e o bom uso da linguagem (cf. FRANCHI, 2006, p. 17), base, portanto, que subjaz à boa parte das concepções de gramática aqui tratadas.

OS QUATRO PILARES DA TRADIÇÃO GRAMATICAL

Muitas palavras que já caíram vão renascer, e aquelas que agora gozam das honras cairão, se o uso assim o quiser, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a norma do falar (HORÁCIO *apud* FORTES, 2012, p. 64).¹

Com Dionísio (170-90 a.C., aproximadamente), designado neste estudo como o primeiro pilar, surge a primeira descrição ampla e sistemática publicada no mundo ocidental de uma língua: o grego da Ática ou grego ático. Dionísio inaugurou uma forma que perdurou e cujos traços essenciais ainda hoje podem ser reconhecidos em obras gramaticais do Ocidente. O filólogo alexandrino, de origem trácia, discípulo de Aristarco de Samotrácia (217/215-145/131 a.C.), é a quem se credita não uma mera autoria, mas a autoria da primeira “gramática-piloto” conhecida de uma língua europeia, a *Tékhne grammatiké* (*tékhne*: arte, técnica; *grammatiké*: gramática), editada pela primeira vez no Ocidente em 1715.

Diz-se gramática-piloto porque “a *Tékhne* de Dionísio não é a primeira gramática do Ocidente, mas antes a única de uma série de *tékhnai grammatikai*² que encontrou respaldo naquele contexto, tornando-se uma espécie de “modelo-piloto” de gramática” (cf. VIEIRA, 2018, p. 49). Além desses fatos, surge em consonância com o interesse alexandrino pelos textos da literatura ática: a razão maior da gramática de Dionísio era permitir a leitura dos clássicos gregos.

Tratando da fonética e da morfologia da língua grega, sem abordar a sintaxe, a tradição lexicológica grega materializada nas *partes do discurso* de Dionísio,³ aparecem caracterizadas em:

1. *Nome* [ÓNOMA]: definido como a parte do discurso flexionável em casos que, de modo comum ou próprio, indica objeto ou ação, distinção que constitui a base da distinção entre *concreto* e *abstrato*.

1 “*Multa renascentur quae iam cecidere, cadentque quae nunc sunt in honore uocabula, si uolet usus, quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi.*”

2 As *tékhnai* “(plural de *tékhne*) eram um gênero da escrita que elencava definições dos objetos de determinada área, não necessariamente gramatical, e as explicava. Além da gramática, elas teriam servido, por exemplo, à medicina e à retórica” (cf. VIEIRA, 2018, p. 48).

3 Conforme pode ser lido em, por exemplo, Neves (2002), Mattos e Silva (2016) e Colombat *et al.* (2017). Em relação às definições apresentadas, leia-se Neves (2002, p. 53-57).

2. *Verbo* [RHÊMA]: definido como a palavra indeclinável que indica tempos, pessoas e números, representando, ainda, ação praticada ou recebida.
3. *Particípio* [METOCHÉ]: definido como a palavra que participa da propriedade dos verbos e dos nomes.
4. *Artigo* [ÁRTHRON]: definido como a parte declinável do discurso que se coloca antes e depois da declinação dos nomes.
5. *Pronome* [ANTONYMÍA]: definido como a palavra usada no lugar do nome, indicativa de referência pessoal definida.
6. *Preposição* [PRÓTHESIS]: definida por Dionísio como a palavra que se coloca antes de todas as partes do discurso, em composição ou em construção.
7. *Advérbio* [EPÍRRHEMA]: definido como a parte não flexionável do discurso colocada antes ou depois do verbo. Define-se, pois, por referência ao verbo, o que significa que só é considerado como associado a essa parte do discurso.
8. *Conjunção* [SÝNDESMOS]: definida como a palavra que se liga com ordenação o pensamento e revela os vazios da expressão.

Com ausência da classe “artigo”, já que não há artigos nos sintagmas nominais latinos, a acomodação das partes do discurso em oito tipos foi usada até fins da Idade Média. A classificação das oito partes do discurso representa a tradição da escola de Aristarco, a escola de Alexandria. Mesmo após dois milênios, o paralelismo entre as “partes do discurso” de Dionísio com as “classes de palavras” das nossas gramáticas é notável, ainda que observemos algumas diferenças, como a separação do particípio da classe dos verbos e ausência das classes numeral e interjeição. Com efeito, os termos usados hoje são versões latinas das palavras gregas.

Dionísio não chegou a tratar da sintaxe, fato que ficou a cargo de outra obra considerada a introdutora dos estudos acerca da combinação dos termos. Quando o assunto se volta para o tratado *Sobre a sintaxe* (*Perí syntáxeos*), de Apolônio Díscolo, o segundo pilar, tem-se notícia de que, segundo Neves (2002, p. 69), dentro do quadro da disciplina gramatical no Ocidente, Apolônio representa o marco da consideração da sintaxe como ponto central da análise linguística, consideração fundamentada na afirmação constante da regularidade existente na união dos elementos.

Tendo vivido na primeira metade do século II d.C., na época de Adriano e Antonio Pio, Díscolo foi, na verdade, o único gramático antigo a redigir uma obra completa e independente sobre a sintaxe que testemunha uma disciplina gramatical já solidamente constituída. Ele e seu filho, Herodiano, foram aceitos como os gramáticos mais expoentes da sua época. Apolônio teve suas opiniões reconhecidas como de autoridade por toda a Idade Média até o pleno Renascimento.

Com Apolônio Díscolo, empreende-se um estudo sistemático e completo da língua grega. Dionísio dedicava-se ao estudo isolado dos elementos (“das partes da oração”), abrigando a fonética e a morfologia, e ignorando a sintaxe; já Díscolo buscava a sintaxe, isto é, a relação entre os elementos. Apolônio tentou desenvolver a primeira ampla teoria sintática do grego, baseando-se na dicotomia nome-verbo e nas suas relações com as outras do discurso. Para formular suas teorias sintáticas, no entanto, recorria ao sistema de partes do discurso e à análise morfológica de Dionísio.

Neves (2002, p. 64-65) destaca que o estudo das partes do discurso, encontrado na obra de Apolônio, dá-se mediante uma regularidade do arranjo das unidades menores, para formar as maiores. Tal ordem tende a “imitar a proposição completa”. O gramático chega a afirmar que alguns julgam ser desnecessária tal consideração e que as partes do discurso podem ser ordenadas ao acaso, porém, se se admite a ordem para algumas coisas, faz-se necessário admiti-las para todas. Portanto, eis a ordem sugerida por Díscolo para as partes do discurso, segundo Neves (2002, p. 64-65):

- 1º e 2º) *NOME* e *VERBO*: porque, sem eles, “qualquer proposição está incompleta, enquanto, se faltar uma das outras partes, não deixa de haver a proposição”; entre os dois, o primeiro lugar é o do nome, porque ele exprime os seres, enquanto o verbo só exprime o estado particular, ativo ou passivo; daí o fato de prevalecer a denominação *nome* (*ónoma*) para ser aplicada a todas as palavras.
- 3º) *PARTICÍPIO*: vem logo após o verbo e o nome porque participa de ambos (tem origem na transformação do verbo em formas flexivas nominais).
- 4º) *ARTIGO*: vem em seguida porque se liga ao nome e ao particípio, enquanto o pronome não o admite.
- 5º) *PRONOME*: vem depois do artigo porque se coloca no lugar do nome, enquanto o artigo se coloca junto do nome, coexiste com ele e, assim, deve

preceder o pronome, e é evidente que o que se emprega em substituição a algo implica uma construção posterior, mas o pronome não vem logo em seguida ao nome porque existe para acompanhar o verbo: os nomes representam só as terceiras pessoas, não podendo aplicar-se à que fala e à segunda.

- 6º) **PREPOSIÇÃO**: não pode ser enunciada antes das partes do discurso anteriormente nomeadas, porque “por origem é posterior” a elas, já que existe para se lhes antepor, seja por composição seja por simples aproximação.
- 7º) **ADVÉRBI**O: é uma espécie de adjetivo do verbo; e, de mesmo modo que o verbo, é segundo do nome, o advérbio é segundo da preposição, a qual precede o nome.
- 8º) **CONJUNÇÃO**: é a última das partes do discurso, porque nada poderia significar sem “a matéria das palavras”.

Deve-se também a esse gramático o prognóstico do nascimento das ideias de sujeito, objeto e outros conceitos sintáticos que surgiram depois, como regência. Ademais, dedica atenção às relações de concordância e sugere o conceito estruturalista de constituintes imediatos ao se referir ao inter-relacionamento de constituintes da frase (VIEIRA, 2018). Díscolo não tratou apenas da sintaxe, entre seus estudos encontram-se questões diacrônicas, questões estilísticas, a ortografia, a prosódia, os dialetos, tratou também dos elementos e das partes da oração (NEVES, 2002).

O terceiro pilar é a *Ars grammatica* (Arte gramatical), de Élio Donato (IV d.C.). O manual é tido por referência durante toda a Alta Idade Média e até o Renascimento, apesar da concorrência progressiva de Prisciano (COLOMBAT *et al.*, 2007). A obra de Donato permanece como fonte de consulta e referência por aproximadamente 11 séculos, servindo de testemunha o texto didático redigido por Mathias Ringmann, no século XVI (1509), com o sugestivo título *Grammatica figurada – octo partes orationis secundum Donati* (VIEIRA, 2018). Esses fatos se devem certamente a algumas de suas características peculiares, entre as quais estão o método sistemático de exposição do conteúdo e o cuidado maior com a estruturação da gramática.

Em termos estruturais, a obra de Donato está mais próxima daquilo que se entende nos dias de hoje por gramática tradicional. O modo ensaístico das obras anteriores se distancia da maneira de descrever e elencar os conteúdos

gramaticais em Donato. Desde a *Téckne* de Dionísio não se viu tamanho cuidado com a estruturação da gramática. Com Donato, as partes da gramática passam a contar com seções mais numerosas e claras, além de uma estrutura predominantemente topicalizada. Em dados momentos, simulam-se inclusive diálogos com um possível leitor:

1. SOBRE AS PARTES DA ORAÇÃO

As partes da oração são quantas? Oito. Quais? Nome, pronome, verbo, advérbio, participio, conjunção, preposição e interjeição.

2. SOBRE A LETRA

Letra é a menor parte da voz articulada. Das letras, umas são vogais, outras consoante.

3. SOBRE O VERBO

Verbo é o quê? É a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois. O verbo tem quantos acidentes? Sete. Quais? Qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa (cf. DEZOTTI, 2011, p. 108, 116, 130).

Vieira (2018, p. 73) destaca que a estrutura esquemática dos assuntos abordados na obra se apresenta da seguinte maneira:

- a) Apresentação da categoria gramatical.
- b) Definição geral da categoria em termos semânticos (levemente funcionais).
- c) Especificação da categoria a partir de características morfológicas e posicionais.
- d) Ilustração com exemplos canônicos.

O método sistemático não é exclusivo da Antiguidade tardia nem muito menos se limita aos manuais de gramática, no entanto, o grande diferencial na obra de Donato em relação às demais é o rigor em sua aplicação, materializado na busca pela brevidade e pela perfeição formal, condições primordiais para a necessária memorização da doutrina por parte estudantes (cf. DEZOTTI, 2011, p. 14).

Por quarto e último pilar, temos os *Institutiones grammaticae* (*Fundamentos gramaticais*), de Prisciano de Cesareia (VI d.C.), que, ao lado da *Ars grammatica*,

de Élio Donato, fez desses dois gramáticos latinos os mais estudados na Idade Média.

O apogeu da gramática latina está na obra de Prisciano:

É em Prisciano que se encontra a primeira sintaxe da língua latina. Segue ainda as teorias lógicas da Grécia e não é predominante no conjunto da obra, já que para dezesseis livros de morfologia há dois de sintaxe. A sua definição de sintaxe, que é a primeira no mundo ocidental, é uma definição lógica: *a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita*. Os conceitos de *oração perfeita/oração imperfeita* já envolvem a distinção da *transitividade (não transitividade)* dos verbos (MATTOS E SILVA, 2016, p. 20-21, grifos do autor).

Mattos e Silva (2016, p. 20-21, grifos do autor) ainda destaca:

Nele também já se estabelece a noção de *palavra regente* e *palavra regida*, conceitos que até hoje vigoram nas terminologias da gramática tanto tradicional, como em outras. Só no século XVII, com a *Gramática de Port Royal*, é que se distinguirão as categorias linguísticas que subjazem às categorias lógicas, separando as formas da organização das línguas.

A obra de Prisciano é composta por 18 livros (dois livros de fonética, 14 consagrados às partes do discurso e dois dedicados à sintaxe). Trata-se da primeira obra gramatical completa do mundo ocidental, que associa uma fonética, uma morfologia e uma sintaxe. Segundo Colombat *et al.* (2017, p. 114), é importante destacar que nem Apolônio nem Prisciano fazem uso da noção de função; nenhum deles utiliza os conceitos de sujeito e predicado, o que faz cogitar que se trata mais ainda de uma morfossintaxe do que de uma sintaxe “verdadeira”.

Nas *Institutiones*, segundo Fortes (2012, p. 196), as referências à tradição grega estão presentes em todos os livros e procedem também da crença de que o latim e o grego são línguas aparentadas, o que possibilitava certa comparação:

A comparação entre as línguas – derivada, sem dúvida, da semelhança tipológica entre os sistemas linguísticos; fato que não era desconhecido dos antigos – justifica, em parte, a evocação frequente da obra de gramáticos gregos – Apolônio Díscolo e de seu filho e discípulo Herodiano – como modelos dignos de serem imitados na composição das *Institutiones*.

São aos gregos que Prisciano evoca ao abordar o espaço que o cultivo da tradição ocupa em sua obra:

Reconheço que os latinos tenham tornado célebres em sua própria língua a arte da eloquência e todos os gêneros do conhecimento que, com notoriedade, brilham derivados das fontes gregas; vejo-os, ainda, seguir os passos daqueles em todas as artes liberais, e não somente as que foram por eles apresentadas com correções, mas também, por amor aos mestres, vejo-os reproduzir alguns dos enganos deles, nos quais, estou convencido, a antiqüíssima arte da gramática teria incorrido. Seus autores, quer sejam os mais jovens, quer sejam os mais sábios, são corroborados pelo julgamento de todos os mais eruditos, e teriam florescido pelo talento e prevalecido pela diligência – com efeito, o que de mais seguro que a arte de Herodiano, o que de mais esclarecido que as buscas minuciosas de Apolônio pode ser encontrado? (PRISCIANO, *Ep. ad. Iul.*, GL II, 1,1-11 *apud* FORTES, 2012, p. 199).

O vínculo entre os tratados de Apolônio e Prisciano se torna possível mediante identidade dos temas apresentados e soluções encontradas em muitos casos, além dos confrontos estabelecidos entre o grego e o latim, tanto nas citações de autores da tradição grega e latina, como na referência a fenômenos e a estruturas análogos de uma e outra língua.

Com efeito, a reflexão linguística após um longo tempo, isto é, partindo-se da Grécia para Roma (dos Alexandrinos no século II a.C. ao século II d.C. a Prisciano no século V d.C.), passando pela Idade Média e pelo Renascimento, começa uma busca por se libertar do âmbito das línguas clássicas – o grego e o latim – a fim de ampliar seu campo de investigação e de análise empírica. Segundo Mattos e Silva (2016, p. 25), essa mesma reflexão busca se libertar das disciplinas afluentes, da lógica, deixando a especulação de lado para se concentrar na observação, dando ênfase ao uso linguístico, porém sem rejeitar a relação pensamento-língua. E, assim, desenvolve-se um instrumento pedagógico que insere na gramática duas vertentes: a de trabalhar a língua como objeto de estudo e como objeto de ensino, tentando ser, concomitantemente, gramática descritiva e gramática normativa.

Nota-se que desdobramentos provenientes das gramáticas produzidas na Antiguidade greco-romana, assim como suas teorias, inauguraram um modo de se refletir sobre as línguas, legado daquelas civilizações das quais somos, em boa medida, herdeiros e transmissores.

AS VERTENTES TRADICIONAL, NORMATIVA E DESCRITIVA DA GRAMÁTICA

Sempre achei que uma gramática é uma coisa séria. Uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é a nossa, e o país é este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil (ASSIS, 1953, p. 21).

Segundo Borges Neto (2016), a influência de Dionísio Trácio estabeleceu a organização dos conteúdos no texto gramatical e determinou fortemente sua finalidade. Boa parte das gramáticas de que temos ciência, durante os mais de dois mil anos de estudos gramaticais das várias línguas, não só adota esse formato padrão, como também busca determinar regras de correção linguística calcadas na norma literária. Daí conclui-se que o gênero textual *gramática* estaria assim caracterizado: segue uma forma e uma finalidade, ou seja, segue um mesmo tipo de apresentação e organização dos assuntos e, ao mesmo tempo, defende uma visão prescritiva da língua, com regras normativas calcadas numa suposta “norma literária” ou equivalente.

Nesse sentido, as gramáticas normativas contemporâneas podem até se isentar de definir o que entendem por gramática, mas esses mesmos autores explicitam que a correção linguística reside na tradição literária, como registra, por exemplo, a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2021), e tantas outras, que sustenta uma língua portuguesa culta com base no que têm utilizado escritores representativos do cânone linguístico-literário brasileiro. Gramáticas dessa natureza têm por base as primeiras reflexões dos filósofos gregos e resultam, historicamente, dos comentários e das alterações que foram sendo implementadas pelos latinos, pelos medievais, pelos autores das primeiras gramáticas das línguas vernáculas, pelos racionalistas dos séculos XVII e XVIII e pelos historiadores das línguas do século XIX. A teoria linguística de base é, essencialmente, a que os gregos apresentaram na Antiguidade clássica (BORGES NETO, 2016), como, sumariamente, pode-se ler na seção anterior.

Nesse sentido, a gramática *tradicional* é vista, via de regra, como aquela que força a língua a se ajustar em esquemas conceituais e categorias historicamente disponibilizados desde a doutrina gramatical greco-latina:

Todo corpo de doutrina gramatical elaborado na Europa e na América, antes do aparecimento da linguística moderna no século XX. A tradição gramatical europeia começou com os gregos e foi continuada pelos romanos, uns e outros principalmente interessados em descreverem suas próprias línguas. Os procedimentos descritivos e a terminologia que eles desenvolveram acabaram sendo aplicados a línguas modernas como o francês, o inglês e o português, e as descrições de base latina dessas línguas foram ensinadas nas escolas pelo menos até a década de 1960 (TRASK, 2018, p. 130).

Prende-se a essa concepção a ideia de prescritivismo, uma inclinação para a modalidade escrita em detrimento de outras esferas de uso da língua, além de uma busca em construir e ensinar um padrão linguístico, uma concepção de que existem variedades linguísticas dominantes na sociedade, superiores a outras consideradas de menor prestígio, a utilização de um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, casos já apontados por Vieira (2018) e que comprovam algumas efeitos da herança que os gregos e latinos nos deixaram.

Desde suas origens, a gramática está marcada pelo estudo que se atinha à língua escrita, mais especificamente à língua literária e grega. Tal fato traria consequências ao futuro dos estudos gramaticais pelos próximos 2.300 anos (BAGNO, 2012). No entanto, os avanços na área da linguística permitiram introduzir várias mudanças nessa doutrina. Os linguistas rejeitam, por exemplo, a insistência no prescritivismo como base para a descrição, além de tratar de vários fenômenos gramaticais deixados para trás.

Algumas gramáticas contemporâneas, embora influenciadas pelo avanço dos estudos gramaticais (e linguísticos) trazidos pelo século XX, ainda são orientadas pela corrente tradicional. Outras, no entanto, atestam uma apropriação dos avanços linguísticos. Evidentemente, não resta dúvida quanto ao fato de que o juízo que se tem de gramática tradicional é aquele em que se atém ao estabelecimento das regras de uma língua e por meio delas ensinar a língua àqueles que já a dominam. Em outras palavras, essa vertente gramatical institui regras de um predeterminado modelo ou padrão da língua para aqueles que já dominam outras variantes dessa língua e regras daquela variante que é a padrão.

A variante (ou norma) padrão, aquela vinculada à presença de normas e regras de algum tipo, cuja origem remonta aos gramáticos antigos com sua adesão ao prescritivismo e à visão sobre o que deveria ser considerado um bom

uso, também está vinculada ao que se convencionou chamar gramática *normativa*. É vista como uma especialidade cujo intento é codificar o uso linguístico, dele induzindo as normas que representam o ideal da expressão correta. Ademais, a gramática normativa também consiste numa disciplina de caráter pedagógico, que expõe fatos sugeridos como modelos da exemplaridade idiomática para utilização em situações especiais do convívio social. É a que recomenda como se deve falar e escrever de acordo com o uso e a autoridade dos escritores e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos, ou seja, focalizam-se “as hipóteses do uso considerado padrão, fixando-se, assim, o conjunto de regras que marcam o que se considera como uso correto da língua” (ANTUNES, 2007, p. 33).

Existe também uma vertente *descritiva* da gramática. Entende-se que se trata de postura em que, numa perspectiva dual, sincrônica e/ou diacrônica, isto é, numa época delimitada e/ou ao longo de determinado período, descrevem-se os fatos que caracterizam uma dada língua em particular. Com efeito, nesse conceito de gramática, tem-se uma descrição ou exposição do registro da modalidade culta da língua.

Sobre a ideia que repousa nessa vertente, leia-se:

Fatos, nesse conceito de gramática, não inclui toda a sorte de características da língua em suas variáveis diatópicas, diastráticas e diafásicas, porém o conjunto de características atinentes de um dado registro *urbano, culto e escrito*. Desta maneira, há evidente feição normativa no conceito de gramática descritiva, já que se elege como *descritível* um dos usos da língua em detrimento dos demais (CAVALIERE, 2000, p. 48, grifos do autor).

Não se nega a preponderância do normativo sobre o descritivo, dada a escolha pela modalidade considerada como a de maior aceitabilidade ao se descreverem os fatos de uma dada língua. Alguns linguistas consagrados defendem que é possível fazer “uma gramática portuguesa sobre bases teoricamente coerentes, ao mesmo tempo isolando as preocupações normativas da descrição da língua propriamente dita” (cf. PERINI, 2007, p. 15-6).

Gramática descritiva deveria ser, portanto, o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona, como meio de comunicação entre os falantes, e na análise da estrutura ou configuração formal que a caracteriza. Ao mesmo tempo, não deve deixar de ser uma disciplina científica que registra e descreve um sistema linguístico em todos os seus aspectos fonético, fonológico,

morfossintático e léxico, abstendo-se de estabelecer o que é certo ou errado no nível do saber elocutivo, idiomático e expressivo (cf. CAMARA JR., 2015; BECHARA, 2015). Em outras palavras, segue com o intuito de focalizar “elementos da estrutura da língua, descrevendo-os apenas ou apresentando-os em suas especificidades” (ANTUNES, 2007, p. 33).

Por fim, das concepções vistas nesta seção, depreende-se que subjaz uma concepção de *gramática* como um gênero textual que surgiu na Antiguidade clássica. Fruto de uma “teoria” da linguagem criada pelos filósofos gregos e desenvolvida pelos latinos. O texto gramatical mais antigo que conhecemos foi escrito por Dionísio Trácio, filósofo ligado à Biblioteca de Alexandria, por volta do ano 100 a.C., conforme já visto em seção deste estudo. Apesar de haver dúvidas sobre autoria e sobre a datação desse texto, podemos tomá-lo como exemplo do estado inicial dos estudos gramaticais. O texto de Dionísio, denominado *Tékhne grammátike*, consiste em algumas informações sobre a fonologia e a morfologia do grego antigo (o grego homérico) e destinava-se, fundamentalmente, a estabelecer normas para a edição e fixação de textos literários (no caso, basicamente os textos de Homero). Seu objetivo era a crítica textual. Partia do texto literário e, por meio do regramento da língua, procurava estabelecer as formas corretas de ler esses textos. Apesar de não conter capítulo dedicado à sintaxe, a *Tékhne grammátike* estabelece, em linhas gerais, o formato padrão das obras que pertencem ao gênero textual *gramática*, pelo menos até o século XX: começa pela fonologia, segue pela morfologia, pela sintaxe e termina com as figuras de linguagem (cf. BORGES NETO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antunes (2007, p. 35) destaca que “os fatos linguísticos sempre estiveram misturados à história dos povos, a seus esforços de expansão e dominação territorial e política, a suas lutas pela hegemonia cultural, a seus intentos proselitistas, a suas necessidades retóricas”. A história do surgimento da disciplina gramatical no Ocidente revela que a gramática, além de um instrumento que arranja os sentidos da língua, reflete a realidade linguística e cultural de uma época.

A rigor, o transcurrir do tempo trouxe a reboque distintos juízos do que vem a ser gramática. Por um lado, vimos em nosso estudo a que tem por

objetivo registrar e descrever um sistema linguístico em todos os seus aspectos sem interesse em indicar um modelo exemplar; por outro, a que tem por finalidade indicar um modelo de língua, sinalizando as construções consideradas corretas e resignando as incorretas, ou as não recomendadas pela tradição culta. Embora a vertente descritiva não implique a sustentação dos mesmos preconceitos da vertente normativa, o que por inúmeras vezes ocorre é a sua incorporação: a descrição se transforma em um instrumento para as prescrições das vertentes normativa e tradicional ao privilegiar expressões que correspondam ao uso consagrado e ao desconsiderar a linguagem coloquial e popular.

Four pillars of grammatical tradition

Abstract

This study deals with two questions. The first one discusses four works considered the pillars of the grammatical tradition. The second one examines the conceptions of traditional, normative, and descriptive grammar based on the ideas presented in the first part of this study. In this sense, the reader can understand that the influence of Dionysius Thrax established the organization of contents in the grammatical text and strongly determined its purpose. Some conceptions of grammar discussed here are evident reflections of the initial idea held by Dionysius and represent traditional grammar. These conceptions still inhabit the pages of contemporary grammars alongside the normative (prescriptivist) and descriptive (descriptivist) strands.

Keywords

Greco-Latin grammars. Traditional grammars. Linguistic thoughts.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. *Muito além da gramática*: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ASSIS, M. de. Resenha ao *Compêndio de Língua Portuguesa*, por Vergueiro e Pertence. In: ASSIS, M. de. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1953.

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BORGES NETO, J. Gramática do português brasileiro. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- CAMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CAVALIERE, R. S. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.
- COLOMBAT, B. et al. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.
- DEZOTTI, L. C. *Arte menor e Arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FORTES, F. da S. *Sintaxe greco-romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “gramática?”* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 2016.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- PERINI, M. A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola, 2006.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2007.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2018.
- VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.